



Anais da Assembléia

Nº 72

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 16 DE JUNHO DE 1.981

ANO VI

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

ATA DA 67ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 16 DE JUNHO DE 1.981

TERÇA-FEIRA

Sala das Sessões, em 16 de junho de 1981.

(a) DÁCIO LEONEL.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, após ouvido o Plenário, REQUER votos de congratulações pela realização da 28ª Exposição Agrícola da Comarca de Uraí, ocasião que também comemora 45 anos, o seu município.

Requer, ainda, uma vez aprovado, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal em exercício, Dr. Wanderlei Dantas e o Presidente do Clube Esportivo e Cultural Uraíense, Senhor Quentaro Alimura, responsável pela Exposição.

Sala das Sessões, em 16 de junho de 1981.

(a) ROSÁRIO PITELLI.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas prerogativas regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, a manifestação do Poder Legislativo do Paraná de veemente protesto contra as acusações do Governo de Israel, de que o Brasil estaria participando de programa do governo do Iraque para a construção de armas nucleares.

Requer, outrossim, que a manifestação da Assembléia Legislativa do Paraná seja enviada ao Ministério das Relações Exteriores do Brasil, às Embaixadas de Israel e do Iraque e dela se dê ciência à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal.

Sala das Sessões, em 16 de junho de 1981.

(a) DARCY DEITOS.

JUSTIFICATIVA:

A imprensa internacional veicula informações oficiais da Embaixada israelense em Tóquio, em que o Governo de Israel acusa o Governo brasileiro de estar associado a um programa iraqueano de fabricação de armas nucleares em Tamuz, no Iraque.

Trata-se de uma acusação desvairada, inteiramente desajustada das tradições diplomáticas internacionais, em que as deduções sobre o contrato de fornecimento de urânio do Brasil ao Iraque se permitem extrapolar para a ficção de que estamos construindo armas nucleares através do fornecimento de urânio e urânio semi-enriquecido, acertados entre Brasil e Iraque.

O mesmo perigoso espírito belicista e de desrespeito à soberania de outros países que explicou a agressão militar contra o Iraque se revela agora nas interpretações sobre consequências futuras do acordo nuclear Brasil-Iraque, que tem a aprovação da Alemanha Ocidental e dos demais países signatários do acordo de não-proliferação de armas nucleares.

Merece, portanto, veemente protesto a atitude acusatória, sem provas que se faz contra o nosso País.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja suspensa a sessão do dia 19 do corrente para que neste dia sejam realizadas as reuniões das Comissões.

Sala das Sessões, em 16 de junho de 1981.

Presidência do Sr. Deputado João Mansur, secretariada pelos Srs. Deputados Palácios e Gabriel Manoel.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados. João Mansur, Gilberto Carvalho, Fiori Luiz, Augusto Carneiro, Ezequias Losso, Edilson Alencar, Adalberto Daros, Airton Cordeiro, Antônio Facci, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, Deni Schwartz, Erondy Silvério, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gernote Kirinus, José Domingos, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Mário Celso, Nelson Buffara, Nestor Baptista, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bueno, Rosário Pitelli, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Waldyr Pugliesi e Werner Wanderer (39), achando-se ausentes os Srs. Deputados Nilso Sguarezi, Aguinaldo Pereira Lima, Antônio Cotrim, Basílio Zanusso, Carlos Zanlorenzi, Del Ciel, Egon Pudell, Fuad Nacli, Gilberto Agibert Filho, João Elísio, José Domingos Scarpelini, Jurandir Messias, Luiz Alberto Oliveira, Nelton Friedrich, Renato Bernardi, Romero Filho, Wilson Fortes. Em licença, os Srs. Deputados Valduga e José Tavares. (19).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede a leitura da Ata da sessão anterior.

O SR. LINEU TURRA — (Pela ordem) — Sr. Presidente, antes que Vossa Excelência coloque a Ata em discussão, solicito a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa defere.
O Sr. 1º Secretário procederá a chamada nominal.

(É feita a chamada)

Responderam a chamada nominal 26 Srs. Deputados.
Há “quorum” para abertura da sessão.
Em votação a Ata. — Aprovada.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede a leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, se faça consignar na Ata dos trabalhos da presente sessão, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor ACYLINO AUGUSTO DO NASCIMENTO, ocorrido no dia 11 do corrente mês, na Cidade de Londrina.

(a) ERONDY SILVÉRIO;
NELTON FRIEDRICH;
DÁCIO LEONEL e
ADALBERTO DAROS.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, conhecendo as prerrogativas que lhe são deferidas pelo Regimento Interno desta Casa, REQUER à Mesa, com o devido acatamento do Plenário, o envio de expediente aos Excelentíssimos Senhores Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, bem como às Lideranças de ambas as Casas, manifestando o apoio desta Assembléia Legislativa à Emenda Constitucional que reduz para 25 anos de serviço a aposentadoria dos professores.

Tal manifestação, oportuna, colaborará com a decisão do Congresso Nacional, a ser proferida nos próximos dias 23 e 25 de junho corrente.

Requer, ainda, o subscritor do presente, que dito expediente seja dado a conhecer, por telex, às autoridades nominadas, em seu inteiro teor.

Sala das Sessões, em 16 de junho de 1.981.

(a) TÉRCIO ALBUQUERQUE.

JUSTIFICATIVA:

De tempos em tempos, ciclicamente, medidas desta natureza são propostas no Congresso Nacional contra apoio suficiente à consecussão de seu primordial objetivo.

Devolver-se aos mestres brasileiros a oportunidade perdida de exercer o direito à sua aposentadoria aos vinte e cinco anos de serviços prestados ao Poder Público, é medida das mais justas e oportunas.

Difícil entender o motivo de tanta celeuma e discussão sobre um assunto já há muito debatido.

A profissão de professor, note-se, é uma das mais árduas e difíceis dentre as exercitadas neste País, e, frise-se, é das mais mal remuneradas.

É uma profissão realmente peculiar, pois, enquanto nas demais, seu exercício finda com término do expediente diário inexigindo exclusiva dedicação, já no magistério, além da exclusividade exige-se do mestre amplo estudo e profundamente a toda a hora, inclusive com sua dedicação extra classe, no preparo de suas preleções, elaboração de testes de aferição de conhecimento e conseqüente correção dos mesmos.

O desgaste provocado pela dedicação do mestre ao seu magistério não pára aí. O professor de hoje, além de lecionar, obriga-se a exercer papéis de natureza completamente diversos de suas comuns obrigações. Transforma-se em educador, pai, orientador e guia de seus alunos. Seus hábitos e comportamentos refletem-se na educação dos jovens entregues aos seus cuidados, pois, modernamente, na maioria dos casos, o professor é o único ser responsável pela educação dos seus alunos, em todas as esferas do comportamento humano, e para assumir estas responsabilidades é necessário que o mestre busque seu aperfeiçoamento cultural, social e humano, de forma constante e ininterrupta.

Todos estes fatores conduzem o profissional do magistério a um natural desgastamento físico, mental e emocional.

Não há como sobreviver aos trinta e cinco anos de dedicação que o poder público, atualmente, lhes impõe.

Assim, nada mais justo, lógico e humano, que nos juntemos àqueles que intencionam diminuir o lapso de tempo necessário à aposentadoria dos mestres brasileiros, cuja finalidade espelha sentido social dos mais profundos.

Ademais, a aprovação da Emenda Constitucional estará tão somente devolvendo aos professores, os direitos já anteriormente adquiridos e que lhes foram extirpados pelos dis-

positivos inseridos na Constituição de 1967.

Dest'arte, nossa manifestação estará se revestindo de ato de reconhecimento, ainda que tardio, aos que um dia nos orientaram e hoje conduzem nossos filhos.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, preferência de votação para o Projeto de Lei nº 30/81, que introduz modificações no Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado.

Sala das Sessões, em 16 de junho de 1.981.

(a) FIDELCINO TOLENTINO.

JUSTIFICATIVA:

Devido a suspensão dos trabalhos na sessão de ontem, acumularam-se, na Ordem do Dia, vários projetos de lei a serem apreciados pelo Plenário.

O Projeto nº 30/81, depende apenas da aprovação de sua redação final, para ser levado à sanção.

Sabemos que restam poucos dias, antes das férias forenses para que a sua aplicabilidade possa ser concretizada neste primeiro semestre, razão pela qual requeremos a dispensa da publicação da Redação Final.

Aprovada a matéria nesta data, evitar-se-á os atrapalhos que poderão ser causados na contagem de tempo para a sua aplicação em razão do feriado de quinta-feira próxima, desde que haja interesse das autoridades, das quais depende a sua tramitação final, para que possa ser publicado em tempo hábil, para o fim a que se destina.

PROJETO DE LEI:

PROJETO DE LEI Nº 59/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
DECRETA.

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO FAMEPAR, com sede e foro na Cidade de Curitiba.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ressalvadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16 de junho de 1981.

(a) AUGUSTO CARNEIRO.

JUSTIFICATIVA:

A Associação FAMEPAR, com sede e foro na Cidade de Curitiba tem por objetivo o conagraçamento, a confraternização e o entretenimento dos funcionários da FAMEPAR — Fundação de Assistência aos Municípios do Estado do Paraná.

Acima de tudo, a mencionada Associação tem na mais alta linha de conta, o desenvolvimento sócio-cultural dos seus integrantes, bem como, a prestação de assistência social e financeira dos seus associados, mediante empréstimos, auxílios e financiamentos dos seus integrantes.

Dentro das características da Associação, sobreleva notar que a mesma não possui caráter de auferição de lucros, assim como, os seus Diretores estão vedados de auferir remuneração pelos cargos que exercem.

A Associação FAMEPAR vem se notabilizando no atendimento dos seus membros, prestando relevantes serviços de caráter social.

Devemos aduzir, ainda, o fato de que a Associação FAMEPAR presta assistência tanto aos funcionários efetivos como aos estagiários daquele órgão.

Por estarmos convencidos dos altos serviços prestados pela entidade, apresentamos aos nossos eminentes Pares, o presente plano de lei, na certeza da sua acolhida.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está finda a leitura do

expediente.

A Presidência registra com satisfação a presença em nosso plenário, do Sr. Verno Scherrer.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Nelson Buffara, inscrito.

O SR. NELSON BUFFARA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ocupamos a tribuna da Casa, hoje, para externar nossa satisfação, nosso aplauso e o mais irrestrito apoio à tese levantada pela “Gazeta do Povo” e “Canal 12”, através de seu ilustre Diretor, Dr. Francisco da Cunha Pereira Filho, consubstanciada na sugestão do fornecimento de “ENERGIA A CUSTO ZERO” objetivando incentivar a criação e desenvolvimento de pólos industriais que por certo trariam significativos e reais benefícios ao nosso Estado, particularmente no setor de mão-de-obra com a conseqüente instituição de novos empregos.

A idéia não poderia ser mais feliz e oportuna, e eu, como cidadão, como político e homem acostumado ao debate dos grandes problemas relacionados com o progresso de nosso País, sinto-me profundamente entusiasmado com a repercussão favorável que o assunto em tela vem encontrando em todas as camadas de nosso Estado, e especificamente ao constatar que Paranaguá, Município que tenho a honra de representar nesta Casa, foi incluído pelo autor entre as cidades que serão beneficiadas com essa medida, desde que aprovada pelo Governo Federal, em troca do muito que o Paraná, ao longo dos anos, vem dando ao Brasil.

Em Paranaguá, Sr. Presidente, Srs. Deputados, existe uma juventude que quer trabalhar, que precisa trabalhar, mas as oportunidades são diminutas. É uma cidade eminentemente prestadora de serviços e conseqüentemente, precisa aumentar sua faixa de empregos e a concretização da “ENERGIA A CUSTO ZERO”, com certeza, será mais um atrativo para a implantação de um pólo industrial anexado ao Porto.

Face ao exposto, solicito a esta Presidência, em meu nome e da cidade de represento, seja enviado expediente de congratulações e aplauso a esse eminente paranaense, Dr. Francisco da Cunha Pereira Filho pela oportuna e brilhante idéia.

Efetivamente, Srs. Deputados, estamos percebendo que se vingar esse plano, benefícios da mais alta significação serão levados ao litoral, à Cidade de Paranaguá. Sendo que, no estudo elaborado, Paranaguá será um dos pólos beneficiados, pois que, o Dr. Francisco da Cunha Pereira Filho, talentoso jornalista e empresário, que vê, no litoral, Paranaguá como um dos seus expoentes maiores.

Registramos, inteiramente à vontade e com muita satisfação que, depois de apreciarmos o trabalho do Dr. Francisco da Cunha Pereira Filho, concluímos que a energia a custo zero seria uma redenção para todo o Paraná, especialmente para Paranaguá que tenho a honra de representar nesta Casa de Leis.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, inscrito.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Estamos encaminhando à Mesa, um requerimento pedindo preferência de votação à mensagem governamental que procura introduzir modificações na Divisão de Organização Judiciária, tendo em vista que estamos nos aproximando das férias forenses e do pequeno recesso parlamentar.

Mas, principalmente, das férias forenses. E há um prazo fatal para que essa reforma legislativa, uma vez sancionada, seja implantada no sistema codificado da Organização Judiciária.

Sr. Presidente, sempre tenho criticado, sem concessão alguma ao sistema de mobralização do País, primeiro porque a tese da alfabetização dos brasileiros analfabetos até hoje não se tornou realidade, e segundo, nos vários anos em que esse sistema de ensino foi implantado, tornou-se apenas uma demagógica institucionalização do desenho do nome dos analfabetos e esta é uma modalidade, que no meu entender, foi introduzida no sistema de ensino do País, apenas para fazer um título de eleitor e ser objeto de pressão do poder dominante; segundo, para que a grande massa trabalhadora e analfabeta possa subscrever as folhas de pagamento do grande e selvagem capitalismo.

Esta é a minha interpretação, Sr. Presidente, e se isso não bastasse, em Curitiba, a Comissão Municipal do MOBREAL de Curitiba está enviando, pelo que consta, de uma circular em nosso poder, enviando a 1.700 alunos, através dessa circular, as colaborações que alguns vereadores do PDS têm oferecido para o sistema de ensino mobralizado.

Sr. Presidente, quero deixar aqui desta tribuna, um veemente protesto e pedir para as autoridades coíbrem e punirem a professora responsável por esta circulação que custa muito mais do que a mobralização de vários alunos que fazem este curso.

Diz aqui o seguinte: “É grande a satisfação de servirmos da presente para comunicar a Vossa Senhoria que no dia 5 de maio de 1981 a Comissão composta ... esta comissão recebeu das mãos do vereador “fulano”, “beltrano” e “sicrano” - são vários vereadores, dos quais eu apenas recebi uma, mas já li outras circulares colocando outros vereadores, de que “aquela comissão recebeu três agasalhos de educação física e três pares de congas.”

“Esta doação será entregue em forma de sorteio, aos alunos do programa de alfabetização funcional, de educação integrada.

A colaboração do vereador “fulano de tal”, está sendo encaminhada a 1.700 alunos, através de circular”.

Veja Vossa Excelência, Sr. Presidente, que apenas o papel e o trabalho que vai dar e os selos que vão ser colocados nesses circulares, vão ultrapassar em muito e em muitos agasalhos e em muitas doações que esses vereadores têm feito.

Isto é uma promoção de natureza política vergonhosa que o PDS não pode aceitar e muito menos a Oposição e se recusa, de uma vez por todas, Sr. Presidente, a coonestar uma safadeza dessas com o dinheiro público.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado Mário Celso.

O SR. MÁRIO CELSO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A exemplo do Deputado Tolentino, também tenho recebido em meu gabinete, correspondências dessa natureza e condenamos da mesma forma que o nosso companheiro de Partido aqui condenou e posso citar, inclusive que, nominalmente, os vereadores João Batista Gnoato e Jefferson Wanderley são doadores para esse tipo de causa e eu entendo a carta, só dando a minha posição pessoal, como uma espécie de coação para que os outros políticos possam também colaborar, que seus nomes também serão distribuídos aos alunos.

São fórmulas realmente condenáveis e como bem deixou claro aqui desta tribuna, o Deputado Tolentino, se o dinheiro aplicado nesse papel, no selo, fosse aplicado em recursos para essas crianças, a causa seria muito mais positiva.

Mas, o que nos traz a esta tribuna, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é o problema da autonomia municipal. Porque, “em teoria, o município é a célula “mater” de uma Nação”.

No Brasil, entretanto, embora seja assim considerado, o município não goza de privilégios que lhe são inerentes, em

função de uma sistemática político-administrativa adotada pelo Poder que centraliza os recursos. Assim, o Governo Federal vem retirando, ao longo dos últimos anos, a autonomia dos municípios e, conseqüentemente, vem colocando em risco a própria sobrevivência do município.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

No Brasil, fala-se em democracia. Mas o que é a democracia, senão o direito que o povo detém de auto-administrar-se, através do voto direto e secreto de seus legítimos representantes.

E quem é o escolhido pela população senão o Prefeito e os Vereadores que integram cada Câmara Municipal? A estes caberia recursos e condições para administrar cada cidade, mas o Governo Federal nega estes recursos. Como pode um Prefeito administrar bem seu município sem dinheiro?

Por outro lado, no Brasil, as populações de centenas de cidades ainda não possuem o direito de escolher aqueles que devem dirigir os seus destinos. O Governo Federal impede que o Distrito Federal, as Capitais dos Estados, os municípios declarados de segurança nacional e as estâncias hidrominerais escolham os seus legítimos representantes.

Como pode um País ser democrático se não é dado o direito ao povo de eleger o seu representante legítimo, aquele que vai defender os interesses da comunidade?

O motivo que me traz a esta tribuna hoje, Srs. Deputados, é denunciar mais uma vez o descaso a que está relegada a população de Curitiba, por exemplo, que não pode escolher o seu prefeito porque o Governo Federal assim o proíbe.

Ao mesmo tempo, gostaríamos de ressaltar a iniciativa adotada pelo nosso colega de Partido, Deputado Federal Maurício Fruet, que está lutando pela consolidação do Comitê Nacional pela Autonomia Municipal — CONAM.

Esta entidade teria como finalidade básicas a luta pelas eleições nas Capitais dos Estados e nos municípios declarados de interesse da segurança nacional, e estâncias hidrominerais a fim de que as populações possam livremente eleger seus prefeitos; a luta em prol da instituição de representação política para o Distrito Federal e a luta pela autonomia financeira, inclusive, mediante profunda reforma tributária.

Estes objetivos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, devem ser também metas de todos nós, que integramos esta Assembléia Legislativa e que fomos eleitos graças ao voto popular, representando a vontade da população paranaense.

Muito obrigado, Sr. Presidente.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado David Cheriegate.

O SR. DAVID CHERIEGATE — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A Cidade de Cascavel sediou, na última semana, importante encontro dos engenheiros agrônomos, engenheiros agrícolas e médicos veterinários ali representando suas entidades de classe para exame e discussão das normas que virão regulamentar aquelas profissões em decorrência da Lei nº 5524/68.

Não é de hoje que as três categorias profissionais vêm lutando pela regulamentação de suas atividades, para que num diploma realmente justo, sejam agasalhados os seus legítimos direitos. O Excelentíssimo Sr. Presidente da República havia determinado ao Ministério do Trabalho, a elaboração de uma minuta dessa mesma regulamentação. O trabalho foi realizado, mas sem que fossem convenientemente ouvidas as partes nele interessadas.

Depois de uma assembléia geral permanente, aqueles profissionais decidiram repudiar a forma com que o problema está sendo conduzido, de maneira exclusivamente unilateral, o que fatalmente provocará graves distorções nos campos profissionais frustrando novas conquistas tecno-científicas e os anseios coletivos daquelas classes que importante função

desempenham em favor do desenvolvimento da economia agropecuária e agro-industrial do País.

Desejamos, Sr. Presidente, que esta Casa se solidarize com a nobre causa que vem sendo travada pela Associação dos Engenheiros Agrônomos do Paraná, Associação dos Engenheiros e Arquitetos do Oeste do Paraná e Sociedade Paranaense de Médicos Veterinários, núcleo regional do Oeste do Paraná.

E com o pronunciamento desta Assembléia Legislativa chegue ao conhecimento do Excelentíssimo Senhor Ministro do Trabalho, Senhor Murilo Macedo, a cujo espírito de discernimento todos confiamos, para que a regulamentação das referidas profissões venha a ser sacramentada com a prévia consulta das classes nela envolvidas, à luz de um debate realmente democrático para que nenhuma injustiça possa ser praticada.

Era o que tínhamos a dizer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.—

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Concedo a palavra ao orador inscrito, nobre Deputado Luiz Gabriel Sampaio.

O SR. LUIZ GABRIEL SAMPAIO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Os jornais de hoje noticiam decisão do Sindicato dos Trabalhadores de Cianorte em que decidem, numa assembléia memorável realizada no último domingo, com a presença de mais de três mil trabalhadores e pequenos proprietários, um boicote e uma medida mais extrema de impedimento de estradas, em função da não concessão do preço de Cr\$ 13.000,00 a saca de café.

Estamos na tribuna, nesta tarde, Sr. Presidente, Srs. Deputados, para lamentar profundamente as declarações do Ministro Camilo Pena, da Indústria e Comércio, feitas em Belo Horizonte, onde refuta peremptoriamente a concessão dos Cr\$ 13.000,00 como preço de garantia do café.

Nós lamentamos porque Sua Excelência, o Ministro da Indústria e Comércio, tem demonstrado por suas declarações, através da televisão e dos jornais, o seu pouco conhecimento, para não dizer o seu desconhecimento, a respeito do assunto. E quando ele fala que - autoridades do café neste País . . . é ele, Ministro da Indústria e do Comércio, e o Sr. Presidente do IBC, ficamos numa situação muito difícil, porque ambos, tanto o Embaixador Rainho, como o Ministro Camilo Pena, pouco ou nada entendem do setor. Eles, evidentemente, não tiveram condições de acesso às planilhas publicadas através da Secretaria da Agricultura de São Paulo e que serviu de base para a pedida feita durante o Terceiro Encontro dos Cafeicultores do País, em Brasília, com o preço de Cr\$ 13.000,00.

Foi feita uma planilha de custos reais médios do País e o Ministro vem aos jornais e à televisão, dizendo que estes custos são para lavouras que precisam ser erradicadas, inclusive, em função de sua pouca produtividade.

Não concordamos com isto. Nós que somos de uma região cafeeira e que sabemos as dificuldades e os preços, - estes são preços feitos, são estatísticas com os preços vigentes, onde o adubo, por exemplo, subiu mais de seiscentos por cento nos últimos anos, no mesmo período em que a saca de café teve um reajuste de pouco mais de cem por cento.

Lamentamos profundamente e somos obrigados, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a apoiar medidas como aquelas propostas em Cianorte quando os cafeicultores, a exemplo dos suinocultores do Sudoeste do Paraná, tiveram de tomar medidas extremas, como é a de impedir o trânsito do comércio de café, pela estrada, para que o Governo possa talvez assim, olhar com maior carinho para o setor.

Lamento profundamente, porque sou homem do diálogo, das medidas com paz e harmonia e vejo nesta medida, talvez

extrema, que vão tomar os cafeicultores do Norte do Paraná, a única solução para que o Governo realmente enxergue com olhar mais carinhoso, com mais compreensão, para aqueles que produzem a riqueza deste País, por muitos e muitos anos.

Lamento profundamente, mas sou obrigado a dizer, Sr. Presidente, que apoio as medidas extremas, uma vez que o Governo fez ouvidos de mercador para as reivindicações comprovadas, feitas pelos cafeicultores do Brasil.

Obrigado, Sr. Presidente. - (Sem revisão do orador) :

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Para o Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Deni Schwartz.

O SR. DENI SCHWARTZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

As palavras do ilustre Deputado Gabriel Sampaio, foram de apoio a medidas extremas.

O tempo vai passando, e as medidas extremas que eram combatidas ontem, quando manifestadas pela bancada do lado de cá, hoje passaram a ser adotadas por homens capazes, inteligentes, da bancada do lado de lá.

Sr. Presidente, nos enquadrámos entre aqueles políticos que talvez, não com tanta sapiência, achamos que para os problemas políticos, econômicos e sociais, dois caminhos podem ser trilhados.

Um, o que muitas nações do mundo já adotaram e com isso mudaram o caminho efetivamente revolucionário, e revolucionário de fato. Não quarteladas, não golpes de Estado. Revolucionários de fato, principalmente com sangue correndo; como que somente com sangue se purificassem os males que os homens porventura tenham feito, em determinados momentos, na história de determinado povo.

Como somos partidários da paz; como pessoalmente temos até pavor de foguetes, não nos alinhamos entre aqueles que porventura preguem a violência para mudar as coisas que aí estão.

Estamos entre aqueles que acham que o Brasil, até por determinismo geográfico, será o último reduto do capitalismo internacional. Quem se deter sobre o Mapa Mundi, verá que a mancha socialista hoje está cada vez mais a tomar conta do nosso mundo.

Anteontem era a Ásia, ontem foi a África; e agora, já nos pequenos países da América Latina, essas manifestações de um novo modelo político econômico, começam a aparecer.

Mas, porque digo que o Brasil é um país cujo determinismo geográfico impede qualquer tipo de uma saída violenta. Primeiro porque, graças a Deus, o nosso País é muito grande; segundo, porque apenas, graças a Deus, porque só Deus talvez tenha olhado com muito carinho para este País.

Somos um país de uma potencialidade enorme. E terceiro, porque situado geograficamente às barbas da sede do capitalismo internacional, não poderá esse capitalismo ceder o Brasil, sob pena de se perder também. E o que ocorrerá no Brasil? Se optássemos pela saída revolucionária de fato, temos certeza que o Brasil se subdividiria em inúmeros países, de acordo com os interesses dos grandes países do Hemisfério Norte.

Por isso, Sr. Presidente, srs. Deputados, fazemos hoje profissão de fé, pacifista e, principalmente, política.

Achamos que a saída, que a resposta à pergunta que todos nos fazem, quando saímos desta Casa; qual a solução para a crise brasileira? Só pode passar pela via política, pela via pacífica.

Mas que, convenhamos, Srs. Deputados, está cada vez mais fraco, mais distante, já que o político brasileiro até hoje não assumiu nem sua cadeira, quem dirá o seu lugar na história desta Pátria.

Acovardado, castrado, o político brasileiro quase que como regra, nada mais é do que um homem que não diz sequer

uma palavra sem olhar ao lado, para ver se o microfone não grava suas palavras, se suas palavras não vão desagradar os poderosos do dia; se suas palavras não vão desagradar realmente aqueles que detêm o Poder.

E, portanto, acovardada a classe política deste País, está permitindo que, cada vez mais, não só os homens deste lado, esta Bancada de Oposição, mas também homens da Situação, têm que admitir que a via política está sendo cada vez mais difícil, cada vez o caminho mais difícil, e cada vez mais tenhamos que admitir que a via política está sendo cada vez mais difícil, cada vez o caminho mais difícil, cada vez mais tenhamos que admitir que no meu Sudoeste, no Oeste ou lá, agora em Cianorte, o homem tenha de, sem ouvir os seus líderes, criar os seus líderes do dia a dia, e porque não dizer, pegar em armas, porque fechar uma estrada também é pegar em armas.

E todo aquele político consciente, tem de passar a admitir que este é o único caminho, é o caminho do triticultor que vai a Brasília; do cafeicultor que vai à Brasília, do suinocultor que fecha as estradas ou do cafeicultor que fecha as estradas em Cianorte, ou do homem de Itaipu que tem de acampar.

E se fizéssemos uma auto-crítica, provavelmente veríamos que a origem de muitas destas coisas está nos Parlamentos, e porque não dizer, Srs. Deputados, aqui, dentro desta Casa.

Porque não temos assumido, de fato, a liderança do nosso Estado.

Mas, a via pacífica, Srs. Deputados, passa através dos políticos, e políticos não há outra maneira de existir, a não ser através de eleições, e elas só podem existir com regras.

E em que ponto nos encontramos hoje, neste momento, neste País?

A Oposição se vê obrigada, num quadro surrealista, de fechar o Senado e a Câmara Federal para obrigar o Governo, como se fosse uma dívida, estabelecer as regras de um jogo que já tem data e hora marcadas, mas não tem regras.

Não sabemos se no dia 15 de novembro de 1982, o jogo será de futebol, será de voleibol, será um jogo de pif-paf ou se realmente teremos eleições.

Vejam o absurdo que está ocorrendo: o próprio Congresso Nacional tem de se fechar para exigir do Governo. A nossa boca já está torta, porque quando falamos em Governo, imaginamos o Executivo, quando de fato nós também somos Governo, para exigir ao Governo que se fixem as regras.

E o que faz o Governo?

Aliás, a bem da verdade, aqueles Deputados que não tiveram a oportunidade de ler nos jornais de hoje, um eminente Deputado Federal pela Paraíba, do PDS, Ernani Sátiro, que vem de encontro ao que falamos, quando afirma que "cabe culpa ao Partido do Governo o momento de obstrução que vive o Senado e a Câmara Federal". Já que detendo uma maioria, e as palavras são de um eminente Deputado do Governo, "já que o Partido do Governo, detendo maioria, não poderia deixar que a obstrução fosse feita".

Isso está nos jornais de hoje.

Mas, Srs. Deputados, não sabemos as regras com as quais iremos jogar esse jogo eleitoral.

Se olhássemos um pouquinho para a história recente de nosso País, o que veríamos?

Primeiro, as eleições indiretas para Presidente da República.

Logo depois, face ao fracasso nos grandes Estados do partido do Governo de então, eliminaram-se as eleições diretas para os Governos dos Estados [graças apenas a dois Estados e que o Partido da Oposição fez Governadores.

Apareceu depois a fórmula de não mais se permitir que se fizessem eleições nos municípios de fronteira, os chamados de área de Segurança Nacional.

Em 1974, com o crescimento da Oposição, que elegeu 18

Senadores, apareceu a figura do Senador biônico que, conforme queria o então Presidente da República, seria para melhorar as condições do Senado Federal, para o qual deveriam ser nomeados - e aí a bionicidade - eminentes giruas deste País, até como uma represália aos atuais Senadores.

E o que vimos não precisa comentar.

Agora estamos chegando em 1982 e a falta de soluções para os problemas econômicos e sociais, parece estar levando o Governo a ceder, inclusive eleições diretas para os governos dos Estados, e provavelmente às Prefeituras das áreas de Segurança Nacional. Enfim, o que se chama abertura.

Mas, como se darão essas eleições?

Convenhamos, Srs. Deputados, como as coisas estão postas, parece que até seria preferível que continuássemos com as regras do passado.

Para nós, este tipo de abertura parece um fechamento. Senão vejamos: tenta-se proibir um dos instrumentos mais usados em todo o mundo chamado democrático, que são as coligações partidárias.

Não precisaríamos citar muitos casos, mas para cotarmos o caso de um País onde o bipartidarismo é praticamente existente, porque os outros são pequenos partidos, como é o caso dos Estados Unidos. Vimos agora uma verdadeira coligação no Senado, entre o Partido Republicano e o Partido Democrático, para impedir a ascensão de um Secretário para assuntos relacionados com direitos humanos. Houve uma coligação.

Na França, há dois dias atrás, uma eleição deu maioria aos socialistas, e já se sabe que socialistas e comunistas se coligarão para governarem a França.

Na Itália, o Partido Liberal se une ao Partido Democrata Cristão, que até ontem estava coligado ao Partido Comunista.

Será que Estados Unidos, França e Itália, com todas as quedas de Gabinetes de quinze em quinze dias vivem problemas sociais e econômicos tão graves quanto o nosso País?

Por isso, Srs. Deputados, quando as regras do jogo são fixadas para apenas um lado ganhar, as coisas se complicam.

E o caso da sub-legenda? Não se discute e inclusive isso é bom que se diga, até nos meios da Oposição, se a sub-legenda é ou não a negação do partido político? Discute-se e se põe no papel e se soma e se multiplica para ver se adotada a sub-legenda, o partido fará maior ou menor número de governadores, fará mais ou fará menos vereadores?

Até como uma auto-crítica, digo até em nosso Partido, muitos estão mais preocupados em saber se no Estado tal poderemos fazer o Senador ou o Governador com o uso da sub-legenda.

Não se discute ser a sub-legenda a total negação do Partido político e não se alegue mais que vivemos num país de bipartidarismo. Está aí o pluripartidarismo e mesmo que estivéssemos num País de apenas dois partidos, era bom que olhássemos para o exemplo dos Estados Unidos, onde o bipartidarismo nunca teve sub-legendas.

Ainda recentemente, o Senador Kennedy, derrotado pelo então Presidente Carter, simples e puramente se deu por vencido e acompanhou o vencedor.

Fala-se também no problema de vinculação do voto, numa clara e total demonstração que, o que se pretende de fato, é a total destruição dos chamados pequenos partidos.

Até cerca de dois anos atrás, a salvação era o pluripartidarismo e hoje, através do casuísmo da vinculação, o que se pretende de fato, é bom que se fale aqui, já que apenas o Deputado Adalberto Daros, representante de um dos chamados "pequenos Partidos de Oposição" e eu repito dos apenas chamados "pequenos Partidos", é bom que se diga que caberia à classe política como um todo, também defender a existência desses pequenos partidos, mas o que ocorrerá se o voto vinculado vier a ser adotado na legislação que está sendo tramada nos

gabinetes palacianos? Provavelmente os pequenos partidos desaparecerão.

O Sr. Gabriel Sampaio — Vossa Excelência me concede um aparte?

O SR. DENI SCHWARTZ — Concederei aparte ao Deputado Fidelcino Tolentino, e após, a Vossa Excelência.

O Sr. Fidelcino Tolentino — Agradeço, e quero cumprimentar Vossa Excelência, por trazer a debate o problema institucional brasileiro, que realmente tem sido um tema muito fugaz aqui nesta Casa, e deveria se constituir numa prática constante a discussão desses temas.

E assiste inteira razão a Vossa Excelência, quando fala e reclama numa postura correta e fiel aos princípios adotados pelo nosso Partido, de que o Governo legisla há muito tempo, neste País, de uma forma absolutamente unilateral. E tão unilateral, que ainda existe a possibilidade da edição de alguns decretos secretos, num regime que se diz de transição para a democracia.

Onde o Presidente da República pode fazer concessão, isenção fiscal às empresas nacionais ou transnacionais, a seu bel prazer.

Onde o Imposto de Renda altera o seu esquema, independentemente de uma previsão orçamentária. De forma que, se fala num regime democrático, num estabelecimento de regras de jogo num País onde impera, com absolutismo, o resquício da ditadura, calcado na vigência da Lei Falcão, a Lei de Segurança Nacional, do Projeto que se pretende modificar a Lei dos Estrangeiros, as eleições indiretas, as Capitais que não escolhem seus representantes do Poder Executivo, as estâncias hidrominerais, as zonas consideradas de interesse da segurança nacional e tantas outras facetas desse autoritarismo.

É de se concluir que o Governo está trabalhando na sua "colméia" escondida nos rincões de Brasília, para fazer com que o eleitorado brasileiro realmente decida em favor de quem está mandando.

E vão procurar, indiscutivelmente, a manutenção da sub-legenda, a busca de reforma do Código Eleitoral para ajustar o mecanismo da vitória do Governo, das eleições indiretas, do distrito eleitoral, do voto facultativo, do impedimento das coligações partidárias.

Mas isto é claríssimo, tanto quanto a luz do sol.

O que nos constrange, e me permitam os homens que sustentam politicamente o Governo, o que nos constrange é que a Nação inteira está exigindo um comportamento decisivo da classe política. Não falo em nome somente da Oposição, mas a sociedade brasileira está cansada, a sociedade brasileira está mais pisada que lombo de burro que anda o dia inteiro, sem sequer tirar os arreios. Esta é uma situação indiscutível no País.

Quantos segmentos da sociedade, que reclamam, que exigem, e uma pesquisa recente feita no Rio e em São Paulo, que o povo não quer saber de votar, porque não adianta votar.

Votam nos homens que têm um programa pré-eleitoral e chegam nos Parlamentos, se acovardam. E se acovardam a tal ponto que permitem a edição de leis sem sequer discutir o seu mérito. É o caso da Taxa Rodoviária Única e tantas outras.

Agora, o problema do Carajá 2 passou no Congresso Nacional sem discussão, por decurso de prazo.

E ontem, vimos na televisão, Cantídio Sampaio se declarando desconhecedor das regras que poderão ser impostas. Um Líder do Governo, na Câmara dos Deputados. Isto é o máximo dos absurdos. Um homem que praticamente adentra na filosofia do Governo já implantado há tanto tempo e se declara e se confessa ignorante das regras que poderão ser impostas... porque serão impostas, disto não temos dúvidas.

É por esta razão que a classe política não exercitando os

temas institucionais, não pode ter conhecimento e facilidade no trato deles e na modificação das regras que estão para ser impostas novamente à Nação. Ou a Nação é representada no Parlamento, se levanta através de um comportamento honroso, sincero, democrata ou então o Brasil vai claudicando.

Muito obrigado, e desculpe o alongamento, Deputado.

O SR. DENI SCHWARTZ — Agradeço o aparte de Vossa Excelência, e digo e afirmo que a gente tem encontrado alguns desmentidos às intenções do Governo. Dizia-se, por exemplo, que programa político não dava IBOPE.

Fico muito satisfeito, agora nos inícios de semanas, quando vejo não só entre Parlamentares, entre jornalistas da área, mas inclusive entre populares, a discussão, se determinado Parlamentar que tenha comparecido a determinados programas de televisão foi bom ou ruim.

Parece-me que isto foi o início e a demonstração tácita que, bem ou mal, temos lideranças que estão a gritar. E mesmo neste Parlamento, é bom que se reconheça, há pouco tempo o ilustre Deputado Gilberto Carvalho fazia sua profissão de fé contrário ao voto distrital, contrário à sublegenda. O ilustre Deputado Gabriel Sampaio apresentava, há algum tempo atrás, um requerimento pedindo que esta Casa se manifestasse junto ao Sr. Presidente da República, como um apoio às suas medidas da chamada abertura.

Mas o que está ocorrendo é que como estes pedidos dos Parlamentares, muitas vezes do próprio Governo, são relegados, são jogados ao lixo, cada vez mais movimentos populares como o anunciado hoje pelo Deputado Gabriel Sampaio, desta Casa, em Cianorte, estão a aparecer no nosso Estado, no nosso País.

O Sr. Gabriel Sampaio — Vossa Excelência me permite um aparte? — (Assentimento).

Muito obrigado, Deputado Deni Schwartz.

Indiscutível a validade e a oportunidade do tema que Vossa Excelência discorre nesta tarde.

Gostaria que Vossa Excelência, com quem tenho imenso prazer de conviver nesta Casa há tantos anos, encare este aparte de uma forma bastante imparcial.

Quero que Vossa Excelência me desrotule por alguns instantes, a nível partidário, para que eu possa formular a Vossa Excelência este meu aparte e para que Vossa Excelência possa respondê-lo independente de sigla partidária.

Vossa Excelência imagine o seguinte: o governo, a nível democrático, façamos uma suposição, uma tese democrática: quem é Poder não quer deixar de ser Poder. Isto, a nível democrático, internacional. Como uma regra máxima, humana, e evidentemente de bom senso. Muito bem. O Governo, quando quis sair da forma bipartidária para a pluripartidária, dentro de um processo de abertura política que se faz lenta e gradualmente “cantou a bola” como se diz na gíria, ou como se diz em jogo de futebol ou qualquer esporte coletivo, quando o sujeito, antes de fazer o lance, dá toda a demonstração que vai fazer aquilo, mas apesar de toda esta demonstração evidente, clara, límpida, comentada em prosa e verso na televisão, no rádio, no jornal, que a intenção do Governo era pura e simplesmente implodir a Oposição com a vinda de Brizola e outras coisas mais do Exterior, depois de quinze anos de exílio político, o que vemos no País, Deputado Deni Schwartz.

Que aquela coisa que foi cantada, prevista, não por cartomante mas por analistas políticos, por homens de bom senso, e de evidência? O que nós vimos? Que realmente isso aconteceu: o Governo cantou a bola e a oposição entrou.

Quer dizer, desculpe a gíria, entrou como um patinho, Deputado, fazendo implosões a nível de líderes políticos. Alguns deles, inclusive, que não quero fazer crítica pessoal alguma, mas que estiveram fora do País, mais de quinze anos,

brigando por causa de sigla, Deputado, em lugar de brigar por causa de idéias; brigando por causa de três letrinhas, a nível até de Supremo Tribunal Federal.

Então Vossa Excelência vê que o problema brasileiro não é só o Governo revolucionário ou ditatorial que tivemos até aqui. É também a mentalidade nossa, de políticos, de homens que procuramos de uma forma ou de outra, representar o povo.

E independente do Deputado Gilberto Carvalho, que não é o caso, mas a nível nacional, vemos homens combatendo o voto distrital, não porque eles achem que para o País é mais importante o outro tipo de voto, mas é porque eles não se reelegem se o voto for distrital.

Então Vossa Excelência vê que realmente o nosso problema, a nível nacional, é muito mais amplo. Quem não é como falou bem na televisão há pouco tempo atrás uma ilustre senhora, Maria Conceição Tavares, que se não me engano é filiada ao PMDB e que disse com muita clareza: “você não pense, caros telespectadores, que se amanhã ganhar a Oposição, acaba a fome; acaba uma porção de coisas que estão a nos flagelar por dezenas e dezenas de anos”.

Então, Deputado Deni Schwartz, o que acho é que realmente nós precisamos de uma consciência mais ampla dos problemas nacionais; precisamos realmente botar os pés no chão e verificar o seguinte:

Para dar um exemplo típico, uma série de casuísmos que o Governo virá, acredito que pessoalmente trará no bojo as reformas políticas poderiam ser, por exemplo, anuladas, se a Oposição se reunisse. Se terminassem os partidos que fizeram a implosão da Oposição; se reaglutinassem, para fazer um partido só. Aí talvez, uma série de casuísmos que o Governo por certo fará, seriam neutralizados. mas, o que aconteceu, nobre Deputado, Vossa Excelência conhece mais do que eu . . .

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) A Mesa lembra ao nobre orador que resta um minuto para o término de sua oração.

O Sr. Gabriel Sampaio — Vossa Excelência sabe melhor do que eu, que isto é impossível, nobre Deputado.

Isto é um assunto muito amplo para debatermos num minuto. E não quero terminar o fecho de Vossa Excelência. Muito obrigado.

O SR. DENI SCHWARTZ — Agradeço o aparte do Deputado Gabriel Sampaio em dizer que realmente quem está no Poder, não quer sair.

Vimos recentemente, hoje estou citando muito os Estados Unidos mas é que até a nossa cultura está sendo americanizada, os veículos de comunicação nos permitem, inclusive debates entre os candidatos a Presidente dos Estados Unidos, enquanto que aqui esses debates estão proibidos.

Mas, nós vimos nos Estados Unidos, as lágrimas do Presidente Carter não querendo deixar o Poder. Vimos o Sr. Giscard d'Estaing, que não era muito um homem do povo, saindo no meio do povo, completamente transtornado por ter deixado o poder.

Mas, a grande verdade é que o poder maior, o poder do povo, os colocou fora da Casa Branca e dos Campos Elísios. Por isso, é que nós achamos e temos respondido que a saída para os nossos problemas que não podem ser revolucionários, as condições do Brasil não o permitem, as saídas do nosso problema, têm que passar pela via política. E via política passa por eleições. E as eleições têm que ter claras e límpidas as regras. E aqueles que estão a ameaçar que só entregarão as rédeas e só ditarão as regras, em determinadas épocas, fixando datas, estão por trás disso na verdade, fazendo uma nova implosão na Oposição.

E aí, Deputado Gabriel Sampaio, acho que cada um dos homens do PDS poderia prestar um grande trabalho a esta Nação. Se cada Deputado Estadual do PDS do Paraná exigisse claramente dos seus Deputados Federais, se cada Vereador deste País exigisse claramente posições daqueles que têm o Congresso nas mãos, eu tenho certeza, nós dariamos as mãos para desafiar os poderosos, que parecem não ser tão poderosos assim, porque se fossem poderosos, não temeriam o povo e não temeriam o voto.

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa registra com satisfação, a presença neste Plenário, do Professor Eugênio José Carneiro, vice-Presidente da Câmara Municipal de Campo Mourão.

No horário reservado ao PMDB, concedo a palavra ao Deputado Fiori Luiz.

O SR. FIORI LUIZ — Sr. Presidente e Srs. Deputados.

“Pobre Brasil!

Pródigo em riquezas naturais, com a maior extensão mundial de terras férteis, mas desgraçadamente comandado por homens irresponsáveis.

Quando um assunto de tamanha importância como o café é debatido a nível nacional, o Governo escala como porta-voz do Planalto o Sr. Carlos Viacava. Ostentando a estrela de “Delfim-boy”, desqualificado para discutir assuntos de tal natureza, o Sr. Viacava posa de entendido em cafeicultura e lança mais uma frase de efeito: “CAFÉ: EXPORTAR OU ERRADICAR”.

E o pior é que o Sr. João Camilo Penna, Ministro da Indústria e do Comércio aprova mais este crime que se quer cometer contra a cafeicultura paranaense. Falando em Minas, no encontro Brasil Exportação-81, o Ministro praticamente condenou o parque cafeeiro do Paraná ao comentar que em Minas Gerais estão concentrados os cafeeiros de maior produtividade e de menor custo de produção, e que a única saída para superar a dificuldade de mercado é erradicar. É muito cômodo para o Sr. Ministro falar em erradicação. Ele está preocupado apenas com o mercado internacional, com a produção de 32 milhões de toneladas.

E os reflexos sociais, Sr. Ministro?

No Norte do Paraná, há muito tempo, o Governo pagou para o cafeicultor derrubar os cafezais. E hoje, a gente observa que produtores revoltados com a política econômica estão erradicando por conta própria. Milhares e milhares de pés de café estão desaparecendo. Tratores e homens trabalham de sol a sol arrancando do chão vermelho aquele que ainda é a maior fonte de divisas para o País.

E a cada pé que é derrubado, um novo “bóia-fria” surge nas estatísticas. São famílias que buscam as estradas com filhos e trastes, deixando as nossas fronteiras.

O Governo não tem competência para tratar de assuntos sérios como o café. Por que não dar o preço mínimo de Cr\$ 13.000,00? Por que o IBC age como uma guilhotina na cabeça do produtor ao não permitir a intermediação na cultura do café, de produtos básicos de subsistência como o arroz e o feijão? O IBC simplesmente não libera crédito ou financiamento para lavouras de café com outras culturas intercaladas.

E fala em erradicar.

E o recado é direto. O Paraná que se cuide, pois os iluminados do Planalto já identificaram o inimigo. É como se o médico, para tratar de uma pequena infecção no dedo, cortasse o braço do paciente.

Queremos erradicação sim, mas não dos nossos cafezais. Queremos e precisamos erradicar são os incompetentes que se instalaram em Brasília nestes dezessete anos. O Paraná, através de suas lideranças, precisa reagir.

Segundo dados do DERAL — Departamento de Economia Rural, da Secretaria da Agricultura e da CEPA — Comissão Estadual de Planejamento Agrícola, órgão do Ministério da Agricultura, o Paraná, e principalmente a região Norte, não possui um parque industrial capaz de absorver os trabalhadores rurais.

Nesses dados, pode-se observar que o café, embora não seja mais a primeira cultura agrícola em número de hectares ocupados, continua como o maior gerador de empregos no Paraná.

Em 1979, por exemplo, a lavoura do café ocupou 360.000 pessoas diretamente, ao passo que a soja empregou 42.000 pessoas ocupando área muito maior, pois o café utilizou em 1979, 845.000 hectares e a soja 2.350.000 hectares. Aí está a explicação para o êxodo rural, para os 600.000 “bóias-frias”. E dos seiscentos mil “bóias-frias”, na estatística de 1981, apenas 7% tem garantia de emprego no Estado.

Em 1980, tivemos mais de 2 milhões de trabalhadores parados, gerando sérios problemas sociais como desemprego, subemprego, migração forçada para outros Estados e êxodo rural para os centros urbanos, aumentando as populações, criando os cinturões da fome, ampliando as favelas e acentuando a marginalidade social.

O nosso Estado não é mais o primeiro produtor de café do País. Estamos em terceiro, abaixo de Minas e São Paulo. Em 1963, a cultura cafeeira ocupou um milhão e seiscentos mil hectares; em 1979, ocupou apenas 845.000 hectares. Em dezesseis anos a lavoura do café diminuiu em 50%.

A soja, de uma área de 350.000 hectares em 1970, pulou para 2.350.000 hectares, em 1979. E o café continua em declínio, acentuando-se ainda mais com o Programa do Alcool. E todos sabemos que a soja e a cana são as culturas agrícolas de menor demanda de mão-de-obra. Os trabalhadores rurais estão deixando o Paraná, deslocando-se para São Paulo, Minas e Mato Grosso.

Diante de dados insuspeitos que mostram a realidade da nossa agricultura, torna-se urgente uma tomada de posição por parte de todas as nossas lideranças políticas. É o Paraná que está em jogo. É a economia do nosso Estado que está sendo depauperada.

O Paraná que já perdeu mais de 3% da sua área com as hidrelétricas; o Paraná que perde três centímetros por ano da sua camada fértil de terra; o Paraná que enfrenta a orgia do PROÁLCOOL e que, se não houver um controle rígido, acabará se transformando num imenso canal; o Paraná que gera energia elétrica, mas fica com apenas um terço, já que dois terços vão para outros Estados; o Paraná, que ao permitir a erradicação do seu parque cafeeiro, transforma-se no campeão mundial de desemprego rural; o Paraná que apresenta o segundo menor índice de crescimento demográfico do País (0,94%) só superior a Fernando de Noronha, caindo de terceiro para o quinto lugar; o Paraná classificado entre os Estados de menor crescimento nominal de receita tributária. É este Paraná que pede socorro.

É este Paraná que precisa de todos nós, políticos do PDS e do PMDB; do PP e do PDT; do PTB e do PT. É este Paraná que precisa de decisões firmes por parte do Governador Ney Braga e de seu Secretariado. É esse Paraná que precisa ser defendido por todas as entidades de classe.

É hora de dar um basta aos inimigos do Paraná que continuam agindo sem reação alguma de nossa parte.

A cada ataque, devemos responder à altura.

Vamos deixar nossas divergências políticas de lado e formar uma frente única de defesa do Paraná. Antes que seja tarde demais.”

O Sr. Gabriel Manoel — Vossa Excelência me concede um aparte? (Assentimento).

Deputado Fiori Luiz, Vossa Excelência está abordando uma questão muito séria. Vossa Excelência hoje na tribuna está

sendo de uma felicidade, defendendo a nossa terra, defendendo a nossa gente e pregando a todas as correntes indistintamente, a união em benefício do Paraná.

Gostamos de ver, Deputado Fiori Luiz, homens como Vossa Excelência, com dados estatísticos a defender e a falar a verdade, porque a verdade quando é dita alto e bom som por homens que têm um dever a cumprir, que é defender a sua terra, que têm um dever a cumprir, que é defender a sua gente. Vossa Excelência hoje somou mais um ponto da nossa admiração pela vontade férrea de defender o Paraná, disse bem Vossa Excelência, os homens do poder econômico, os homens que manuseiam a economia do Brasil, estão contra o Paraná, estão contra os brasileiros, porque veja bem, Vossa Excelência, a falência dos suinocultores, a falência dos agricultores, a falência dos pequenos comerciantes, que com seus encargos e juros estão à beira da falência. Por quê? Porque havemos de reconhecer que estamos com uma política econômica errada no Brasil, porque vemos o barco afundando, porque vemos o Sr. Delfim Neto a usar e abusar do poder que ele não tem direito, porque vemos os agricultores sendo obrigados a erradicar a sua cultura, porque o café sempre foi a bola real no sistema financeiro brasileiro.

Então, é por isso que eu quero me parabenizar com Vossa Excelência e quero neste momento dizer a Vossa Excelência que tivera o Paraná, homens do gabarito de Vossa Excelência, para que pudéssemos unidos, levar o nosso protesto ao Sr. Delfim Neto. Dizer ao Senhor Delfim Neto que "basta", porque o que ele procura e o caos da economia brasileira, é o aumento dos "bóias-frias", porque o que ele procura é um País rico e um povo pobre e nós, Deputados da Situação, temos que nos orientar por pronunciamentos abalizados como este que Vossa Excelência está fazendo, com dados estatísticos, porque o velho adágio: "Quem cala, consente".

Então, nós não nos calamos e haveremos de dizer que estaremos junto com Vossa Excelência para qualquer movimento em benefício do Paraná e de nossa gente.

Muito obrigado.

O SR. FIORI LUIZ — Era isso, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa consulta à Liderança do PP, se deseja fazer uso do seu horário.
Com a palavra o Deputado Dácio Leonel.

O SR. DÁCIO LEONEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O Deputado Deni Schwartz, hoje, desta tribuna, abordou um assunto que indubitavelmente, vem monopolizando as atenções da classe política e do País.

Infelizmente, em função de apartes que Sua Excelência concedeu, não me foi possível que pudesse também ter participado do brilhantismo da sua presença na tribuna, e ter também, procurado trazer alguma colaboração. Mas, a grande verdade, é que o País hoje, está perplexo. Os políticos de todos os cantos deste País estão a se perguntar: Quais os caminhos? Quais as definições? O que se pode pensar em termos de amanhã? Por que, tanto retardamento, indefinições e indecisões?

E, a grande verdade é que hoje, há inclusive quem afirme e categoricamente, que no caso das filiações partidárias, ou da definição de um político por uma legenda, ele já não mais poderá fazê-lo, desde que esteja num partido que haja obtido o seu registro definitivo e que tenha sido devidamente publicado. É uma tese curiosa e que, inclusive, tem motivado as mais diferentes opiniões. Opiniões, porque já em consulta anterior que se fez ao Superior Tribunal Eleitoral, já se tinha conhecimento de que haveria a possibilidade, de que um político que se filiasse a uma determinada agremiação pudesse dela sair, para participar da formação de um novo partido político. Fato que só se verifica, quando esse novo partido político, vier a obter o seu registro definitivo junto ao Superior Tribunal Eleitoral.

E este é o drama que vive hoje o político, não sabendo nem ao certo, se ele pode ou não pode optar por uma nova legenda, se ele está ou não, aprisionado a qualquer legenda, que por qualquer motivo tenha tido como opção, no início, porque desde o início, a confusão já havia. Inclusive, logo nos primórdios, a exigir que os Parlamentares teriam que participar de determinados blocos partidários.

O tempo passou, viu-se que não conferia, mas a verdade é que nós continuamos sem saber quais os caminhos a seguir. A única coisa que nós nos lembramos, é que depois da Revolução, quando existiam: o PSD, a UDN, o PTB, PRP, PSP, PDC, PTN, PL, PR e não sei tantos quantos outros "pês" na política do pluripartidarismo brasileiro, definiu-se, que deveríamos ter uma alteração com a criação de dois partidos, criados pelo Governo. Receberam do mesmo Poder, os nomes de ARENA e MDB.

Mas, com o decurso do tempo, sentiu-se que nenhum, nem outro, tinham condições de abrigar sob a sua bandeira, sob o seu programa, sob o seu estatuto, as diferenciações que haviam entre os políticos, que anteriormente, participaram das mais diferentes agremiações políticas. Foi quando mais uma vez o brasileiro descobriu, que poderia criar, talvez, o primeiro casuísmo chamado: SUBLEGENDA.

Depois, criaram duas sublegendas e entenderam que três sublegendas seria a melhor solução. Terminou-se o pluripartidarismo, entramos no bipartidarismo, para acomodação de lideranças, criaram-se as sublegendas. E agora, quando passou-se a dizer, que faziam do bipartidarismo apesar das sublegendas, um verdadeiro plebiscito nas eleições, e que nas eleições o povo passava a votar contra ou a favor do Governo, entendeu-se que a melhor solução era acabar tudo e voltar tudo como era antigamente.

Saiu-se do bipartidarismo, criou-se de novo o pluripartidarismo. Quando o pluripartidarismo foi criado havia indiscutivelmente uma intenção muito forte do lado governista, que era de tentar fazer com que a Oposição se fragmentasse. E isto aconteceu. Aconteceu não tanto quanto pensava o Governo, mas aconteceu em grande parte. E surgiram os partidos que hoje aí estão.

É por isto, exatamente por esta razão, é que temos combatido sempre que podemos usar da tribuna, ou usar o direito da expressão. Temos combatido a sublegenda. Sublegenda que continuamos chamando de negação do partido político. Sublegenda que não se explica, não se justifica, exatamente num regime pluripartidário.

É quando surge então, a necessidade de que os Partidos de Oposição passem a pensar seriamente, em fazer com que as coisas possam caminhar pelos rumos mais certos. Daí, surgiu a possibilidade de que pudéssemos ter a fusão dos Partidos de Oposição, ou a criação de uma Frente Democrática, que é a tese que defendemos. Somos contrários à fusão, mas somos favoráveis até mesmo à criação de uma frente de Oposições, para o caso de poder usar um casuísmo para enfrentar outros casuísmos.

Ontem, assistia através de um programa de televisão um debate, entre o Deputado Cantídio Sampaio, que é o Líder do PDS na Câmara Federal, em que Sua Excelência perguntava ao Líder do PMDB, a certa altura, se o seu partido, o PMDB, nas próximas eleições, havendo sublegenda, se ele a utilizaria.

É mais do que evidente que realmente é uma pressão. E seria incrível que a maioria definisse por uma sublegenda. Evidente, na dependência do Poder Central diga, — porque se o PDS ainda não deu a sua definição é porque está aguardando as ordens de Brasília, do Poder Central, então é incrível que dentro deste episódio, as Oposições ainda tenham que abrir mão de sublegendas ou de outras formas casuísticas que venham a ser criadas, para tentar falsear qualquer tipo de eleição que ocorra neste País.

E aí estão os aspectos. Mas entendo que se a sublegenda é um problema mais sério, o mais sério de todos é realmente a regra de jogo. O mais sério, o mais importante, que a classe política quer saber é exatamente a resposta: — quais as regras do jogo? Qual a lei eleitoral? Para que se conheça e possa então se posicionar.

E o que estamos assistindo?

É que o PDS marcou para o dia 23 de junho uma reunião para estudar as decisões a que chegaram. Que no dia 30, seria encaminhado ao Palácio. Que em julho, o Ministro da Justiça iria negociar com as Oposições os termos, ou o que conste da regra eleitoral. E que em agosto, setembro ou talvez outubro, a matéria pudesse ir para o Congresso e que, quem sabe, houvesse uma sessão extraordinária, no fim do ano, para que pudesse então ser devidamente votada. Isto significa que vamos entrar no ano das eleições definitivas sem saber se haverá vinculação de votos dos Deputados Federal, Estadual, Vereadores, se haverá vinculação de Prefeito com Senador, com Governador.

Quer dizer, realmente é uma razão. Tenho a impressão de que a grita não deve ser só nossa. A grita deve ser da classe política, de todos os políticos que realmente estão interessados em solucionar o problema em termos nacionais.

E o que estamos assistindo?

Assistimos, recentemente, todos devem estar ainda lembrados, quando se pretendeu no Congresso, inclusive devolver as prerrogativas. A devolução das prerrogativas foi um grande tema. Um tema enfocado nacionalmente. O que aconteceu. Nós assistimos. Não é possível que alguém esqueça quando os próprios Parlamentares do Partido Governista acabaram, para atender as normas do Poder Central, simplesmente não votando. Não dando condições de que se votassem as prerrogativas, que era benefício para eles próprios. Acabaram obedecendo as ordens, abriram mão de um direito inalienável, indiscutível, dos Parlamentares. É neste País que vivemos e é por essas razões que acho que a preocupação deveria ser, se possível, quase que diária. Todas as manifestações que têm ocorrido, os pronunciamentos, os debates que nós temos assistido, são perfeitamente claros. São debates que devem merecer a atenção da gente brasileira, para que quem sabe assim, consigamos, até mesmo numa forma de coação quem sabe, em cima do Governo Central, conseguir uma definição.

É apenas e tão somente o que se deseja.

Mas, ninguém ignora e nós já temos repetido aqui. O Governo só tem uma meta; é a meta principal. Por que vinculação? Por que vinculação de votos? Por que formas de vinculação, ou no pleito majoritário ou no proporcional? Por que o retardamento das definições? Por que esta não clareza do problema das filiações, ou das opções partidárias? Tudo isto está em torno de uma única tese. A manutenção ou a conquista do colégio eleitoral, que vá depois em 84 colocar, no Palácio do Planalto, o substituto do Sr. João Baptista Figueiredo. Não há dúvida alguma. E vejam, os Senhores, que nós temos tido alguns exemplos tão terríveis e tão chocantes, que nós sentimos através de grandes expressões da política. Quem não assistiu recentemente, um pronunciamento do vice-Presidente da República, em que ele condenava publicamente a forma das regras eleitorais? Que pedia regras decentes e limpas e fazia uma série de censuras; mas que acaba dizendo que era um homem disciplinado e que aceitaria as determinações tomadas pelo seu Partido.

Quer dizer, dá uma opinião, mas não sustenta a própria opinião, como fez ontem o Líder do Governo, em programas de televisão, à certa altura, defendendo o voto facultativo, que ele entende ser favorável ao voto facultativo, à certa altura ele abriu um parêntesis para dizer: que ele estava falando em nome dele mas o pensamento do Partido poderia ser outro. E quem sabe ele até que pudesse vir a tomar uma posição contrária, para sustentar uma posição do Partido ou do Governo.

São fatos que somados uns aos outros, nos deixam numa angústia. Numa aflição. Não a aflição pelo problema do voto a mais ou do voto a menos; da cadeira mais ou da cadeira menos. Mas porque a verdade é uma só. Estão tentando fazer uma mudança geral, e daí então, talvez alguma razão ou talvez aí estejam os motivos principais para quando o Presidente Tancredo Neves, no encerramento da convenção do Partido Popular, em Brasília, à certa altura, ele fazia uma afirmação, de que tudo isso estava acontecendo, levando a que se pensassem que o Governo que aí está, pela força, mantido pela força talvez, estivesse só pretendendo sair pelo mesmo caminho, pela força. Uma expressão que na verdade chocou um pouco na hora em que foi dita. Mas que bem meditada, faz com que os políticos passem a pensar um pouco. Porque nós estamos levando o problema apenas na área política, mas estamos esquecendo do eleitor, do povo, que continua lá em expectativa, que continua aguardando, que continua pensando e continua assistindo tudo isso que está acontecendo neste País.

Seria este um tipo de aparte, com a minha saudação ao eminente. Deputado Deni Schwartz, pela sua presença na tribuna. E a certeza, de que deveremos continuar e isto sim, ocupando as tribunas para defender, que tenhamos neste País quanto antes, as regras do jogo, as reformas eleitorais, e não para ficar explicando porque elas não chegam.

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa consulta à Liderança do PTB se deseja fazer uso do seu horário. — (Pausa)

Havendo declinado, em nome do PDS, concedo a palavra ao Sr. Deputado Antônio Facci.

O SR. ANTÔNIO FACCI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

“O Paraná desde 1976 transformou-se no maior produtor de trigo do País. Sua contribuição atualmente, é de aproximadamente 50% (cinquenta por cento) da produção nacional destinada ao consumo interno.

Em que pese a contribuição unânime dos agricultores paranaenses na poupança de preciosas divisas para a Nação, continuam eles, sendo sensivelmente prejudicados pela tardia fixação do VALOR BÁSICO DE CUSTEIO e do PREÇO-GARANTIA DO PRODUTO com reflexos negativos para toda economia do País.

Setores governamentais inamistosos de Brasília, continuam na sua mais impiedosa e desarmonizada política de produção e comercialização do trigo, baseando-se exclusivamente, na época ideal de plantio para o Rio Grande do Sul, desconhecendo completamente que no Paraná, tanto a semeadura quanto a colheita do cereal-rei, ocorrem com uma antecedência mínima de 90 (NOVENTA) dias em relação à data em que isto ocorre no Estado gaúcho.

Este fato tem prejudicado sensivelmente os triticultores do Paraná. O atraso verificado nas contratações e liberações dos FINANCIAMENTOS DE CUSTEIO DAS LAVOURAS DE INVERNO, tem penalizado não só o nosso Estado, mas toda a Nação brasileira. No setor tritícola, descontados outros fatores de menor importância, faz da inteligibilidade do programa vigente a causa mãe responsável pelo insucesso produtivo no setor. Os triticultores do Paraná poderão e estão dispostos em continuar produzindo este cereal tão indispensável na alimentação dos brasileiros, mas para tanto, terão que contar com o incondicional apoio dos órgãos do Governo, responsáveis pela PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DO TRIGO NO PAÍS.

A despeito do PROGRAMA NACIONAL DE TRIGO, temos consciência de que as áreas do CERRADO CENTRAL, somente à longo prazo poderão contribuir de maneira efetiva para o aumento de nossa produção de trigo, sobre tudo, a partir de um sacrifício enorme, creio eu, completamente ou perfeitamente dispensável nos dias atuais.

A falta de produtores com tradição agrícola no BRASIL CENTRAL, bem como o desinteresse pela triticultura dos atuais proprietários rurais localizados nestas áreas, somada à preferência deles pelo cultivo de soja com ciclo tardio, face sua maior produtividade e, considerando-se ainda, a extensa ocupação de áreas pela pecuária são fatores que inegavelmente limitam a introdução extensiva do trigo nos CERRADOS DO BRASIL CENTRAL.

Ressaltamos, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que a soja de longo ciclo, somente são colhidas em ABRIL ou MAIO, impedindo a semeadura do trigo sequeiro que tem no mês de fevereiro, o limite máximo de plantio recomendado pelos órgãos de pesquisas. Deste modo, fica inviabilizada a expansão da triticultura nos cerrados, cuja produção nos últimos seis anos tem sido inexpressiva, restringindo-se exclusivamente às colheitas verificadas nas lavouras remanescentes do PROJETO DE ASSENTAMENTO DO VALE DO PARNAÍBA - PADAP, sediado em São Gotardo, no Estado de Minas Gerais.

Com relação ao PROJETO DE ASSENTAMENTO DO VALE DO PARNAÍBA, lembramos a inexistência de plantio irrigado, inobstante os esforços desenvolvidos com este objetivo pelo CENTRO NACIONAL DE PESQUISAS AGROPECUÁRIAS DO CERRADO, órgão da EMBRAPA, sediado em Planaltina, cuja tecnologia recomendada continua restrita às áreas da pesquisa oficial.

Outro aspecto de fundamental importância, esquecido ou não considerado até agora, fala da existência por muito tempo ainda, de inúmeras culturas que oferecem maiores vantagens econômicas aos agricultores que se dispuserem a irrigar seus solos nos cerrados do BRASIL CENTRAL. Bem por isso, não acreditamos nem a curto nem a médio prazo, no plantio de extensas áreas de trigo irrigado, em que pese os excelentes resultados dos pequenos canteiros experimentais da EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISAS AGROPECUÁRIAS - EMBRAPA.

Na medida em que a triticultura é importante para o BRASIL, ela é simplesmente indispensável e insubstituível na geração de recursos econômicos ao PARANÁ.

Atentem Senhor Presidente, Senhores Deputados, para os detalhes desta importância de caráter financeiro derivada da economia tritícola:

- A SAFRA PARANAENSE DE TRIGO EM 1980, AGREGOU AO NOSSO PRODUTO INTERNO BRUTO UM VALOR PRÓXIMO DE 16 BILHÕES, 197 MILHÕES DE CRUZEIROS e, AO TESOURO DO ESTADO DO PARANÁ, INGRESSARAM EM DECORRÊNCIA DESTA PRODUÇÃO A IMPORTÂNCIA DE 1 BILHÃO, 870 MILHÕES DE CRUZEIROS, CONSIDERANDO-SE NESTE CÁLCULO, SOMENTE O ICM INCIDENTE DE FORMA DIRETA SOBRE A PRODUÇÃO;
- SE TIVESSE HAVIDO EM 1981, COERÊNCIA E DETERMINAÇÃO NA POLÍTICA DE INCENTIVOS PARA O PLANTIO DE TRIGO, A SAFRA PREVISTA PARA ESTE ANO SERIA DA ORDEM DE 1 MILHÃO E 700 MIL TONELADAS, QUE DESTINADAS À INDÚSTRIA MOAGEIRA NACIONAL AO PREÇO DE 200 CRUZEIROS POR SACADE 60 QUILOS, IMPLICARIA NA AGREGAÇÃO DE 56 BILHÕES E 660 MILHÕES DE CRUZEIROS AO PRODUTO INTERNO ESTADUAL, DECORRENDO A PARTIR DAÍ, UMA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA AO TESOURO DO ESTADO EQUIVALENTE À 7 BILHÕES, 520 MILHÕES DE CRUZEIROS ARRECADADOS EM ICM, TORNANDO A TRITICULTURA NA MAIS IMPORTANTE FONTE DE RECEITA, EM RELAÇÃO AOS DEMAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS,

FATO ESTE JÁ CARACTERIZADO NA SAFRA 79/80.

A economia do Paraná não pode, Senhor Presidente, não pode, Senhores Deputados, se privar de tão significativa agregação de valores, nem tão pouco o perfil orçamentário estadual, pode se dar ao luxo de dispensar ou perder esta fonte de expressiva potência econômica.

Esta colocação inicial, creio foi suficiente para merecer de todos considerações muito especiais, em particular deverá merecer maior atenção das autoridades estaduais, no sentido de não permitir a redução ou até mesmo o abandono da triticultura pela inexistência de uma POLÍTICA DO GOVERNO FEDERAL, que venha de encontro com as expectativas dos agricultores do Paraná, de modo a estimular realmente a produção do cereal-rei em nosso Estado.

Desta maneira e, face as considerações antes mencionadas, entendemos que esta deva ser uma preocupação constante dos homens que querem bem o PARANÁ, mesmo a despeito de qualquer colocação meramente político-partidária, pois quantos sabemos que os moinhos instalados no PARANÁ, se estivessem sendo supridos com cereal importado, o ICM incidente nas operações do referido produto nesta hipótese, seria todo ele recolhido pelo BANCO DO BRASIL à crédito do GOVERNO DE BRASÍLIA, de conformidade com o ATO COMPLEMENTAR n.º 36, em seu artigo 4.º, publicado no DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO em data de 14 de março de 1967. Aliás, isto vem ocorrendo nos Estados da Federação, cujas unidades de beneficiamento de trigo são abastecidas pelo Governo Federal com matéria prima importada.

A perspectiva de que este fato também venha se suceder em nosso Estado não está completamente afastada, haja visto a queda de produção decorrente do atraso com que, normalmente são fixadas pelo CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL os valores básicos de custeio e o preço-garantia do produto.

Não profetizamos aqui a desgraça, nem tão pouco gostamos desta postura parlamentar, mas chamamos a atenção em torno da gravidade deste problema, que sobretudo, tem servido de muito mais para desestimular ou inibir a triticultura em nosso Estado. Queremos deste modo, sensibilizar todos os membros desta Casa, sensibilizar as autoridades responsáveis pela POLÍTICA TRITÍCOLA no País, em especial sensibilizar as autoridades do Paraná, no sentido de que passem a interceder com maior determinação junto aos membros do CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL, para que estabeleçam de vez por todas um PROGRAMA DEFINITIVO ou pelo menos plurianual com relação às normas econômico-financeiras relativas a produção e a comercialização do trigo no Brasil.

Confirmadas as previsões de redução de safra para 81 calculada em 600 mil toneladas de trigo no Estado do Paraná, fato este decorrente exclusivamente da inadequada POLÍTICA DE INCENTIVOS E DE PREÇOS MÍNIMOS GARANTIDOS AO AGRICULTOR, o Paraná estará perdendo uma de suas maiores fontes de Receita, já que esta redução obrigaria nossos moinhos a beneficiar o cereal importado, fato este que por sua vez, resultaria na destinação ao GOVERNO DE BRASÍLIA da totalidade do ICM incidente sobre a comercialização do referido produto. O prejuízo calculado de arrecadação do ICM seria da ordem de 3,5 bilhões de cruzeiros e deixaríamos como de fato estaremos este ano deixando de agregar ao nosso PRODUTO INTERNO ESTADUAL um valor próximo de 30 bilhões de cruzeiros."

Essas considerações, Senhor Presidente, aliadas às colocações aqui feitas pelos Deputados que estiveram em Brasília, acompanhando o Congresso Nacional do Café, demonstram efetivamente que está na hora de se repensar no Paraná mas mais propriamente de dar força à agricultura paranaense que muito tem a dar à economia nacional.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 39 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Augusto Carneiro, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Erondy Silvério, Nelson Friedrich, Dácio Leonel e Adalberto Daros, respectivamente Líderes do PDS, PMDB, PP e PTB, constante do expediente, solicitando seja suspensa a sessão do dia 19 do corrente, para que neste dia sejam realizadas as reuniões das Comissões. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente, solicitando preferência de votação para o Projeto de Lei n.º 30/81, que introduz modificações no Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado. — **Aprovado.**

De conformidade com o requerimento de preferência de votação, aprovado.

EM VOTAÇÃO — REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 30/81, que altera os dispositivos que especifica, da Lei n.º 7.291 (Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná). — **Aprovado.**

O SR. ADALBERTO DAROS — (Pela ordem) Requeiro chamada nominal dos Srs. Deputados, para constatação de “quorum”.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa defere e procederá a chamada nominal.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — (Procede a chamada nominal).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Responderam a chamada nominal 35 Srs. Deputados. Há “quorum” para prosseguimento da sessão e conseqüente deliberação.

Passaremos à apreciação das demais matérias constantes da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

EM VOTAÇÃO — REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 20/80, que concede o Título de Cidadão Honorário ao Excelentíssimo Senhor Cardeal D. Paulo Evaristo Arns. — **Aprovado.**

O SR. ADALBERTO DAROS — (Pela ordem) Solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa defere e procederá a verificação de votação.

(É procedida a verificação de votação).

29 Srs. Deputados aprovam. — **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO — REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 16/81, (Mens. Govern. n.º 31/81), ficando excluídas da incidência do imposto sobre operações relativas a circulação de mercadorias, as vendas de impressos produzidos pelos estabelecimentos da indústria gráfica sob encomenda direta do consumidor e usuário final. — **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO — REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 112/79, que estabelece como órgão representativo dos jornalistas credenciados pela Assembléia Legislativa, o Co-

mitê de Imprensa, e dá outras providências. — **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO — REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 11/81, (Mens. Govern. n.º 25/81), que aprova o Termo de Convênio de Cooperação SELP/174, celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Planejamento e o Município de Adrianópolis, objetivando o repasse de verbas para ampliação do micro-sistema de abastecimento de água da localidade de Sete Barras e para saneamento básico. — **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO — REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 12/81, (Mens. Govern. n.º 26/81), que aprova o Convênio de Cooperação SELP/155, celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, que através das Secretarias de Estado do Planejamento e da Saúde e do Bem-Estar Social, com o Município de Adrianópolis, objetiva a construção e equipamento de Mini-Postos de Saúde nas localidades que especifica. — **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO — REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 13/81, (Mens. Govern. n.º 28/81), que aprova o Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e o Município de Apucarana, objetivando a execução de serviços de terraplenagem, pavimentação, obras complementares do novo aeroporto do referido município. — **Aprovado.**

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Dácio Leonel, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Acylino Augusto do Nascimento, ocorrido na cidade de Londrina. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Facci, constante do expediente de sessão anterior, solicitando as providências estabelecidas nos artigos 105 e seguintes, do Regimento Interno, no sentido de ser incluído na Ordem do Dia, o Projeto de Lei n.º 196/79, ao qual o Plenário concedeu regime de urgência. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja desfeito o regime de urgência do Projeto de Lei n.º 30/80. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Deni Schwartz, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a convocação do Sr. Secretário de Estado da Indústria e do Comércio para prestar esclarecimentos a este Poder Legislativo a respeito dos empréstimos concedidos pelo BADEP e BRDE, à Itaipu Binacional, Furnas, Centrais Elétricas S/A e ELETROBRÁS. — **Rejeitado.**

O SR. LINEU TURRA — (Pela ordem) Requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa defere e irá proceder a verificação de votação.

(É feita a verificação).

4 Srs. Deputados aprovam; 18 Srs. Deputados rejeitam. Não há “quorum” para votação e sim para prosseguimento da sessão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Bufara, lido da tribuna, solicitando votos de congratulações e aplauso ao Dr. Francisco da Cunha Pereira Filho, pela oportuna e brilhante idéia “Energia a Custo Zero”. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Darcy Deitos, constante do expediente, solicitando a manifestação do Poder

Legislativo do Paraná de veemente protesto contra as acusações do Governo de Israel, de que o Brasil estaria participando de programa do governo do Iraque para a construção de armas nucleares. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tércio Albuquerque, constante do expediente, solicitando o envio de telex aos Srs. Presidentes do Senado e Câmara Federal, bem como às Lideranças de ambas as Casas, manifestando o apoio desta Assembléia à Emenda Constitucional que reduz para 25 anos de serviço a aposentadoria dos professores. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rosário Pitelli, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pela realização da 28ª Exposição Agrícola da Comarca de Uraí. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado aos Srs. Governador do Estado e Secretário do Planeja-

mento, sugerindo a inclusão no Orçamento Geral do Estado para o exercício financeiro de 1982, de dotação para aquisição de terras, objetivando o reassentamento de indenizados com a construção de hidrelétricas em nosso Estado. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edilson Alencar, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a suspensão da sessão do dia 15, em homenagem à memória do Brigadeiro Eduardo Gomes. — **Prejudicado.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 17, quarta-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

1.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 203/79, 27/81, 31/81 e dos Projetos de Resolução n.ºs 20/81, 21/81, 22/81 e 23/81.

Levanta-se a sessão.

DEPARTAMENTO FINANCEIRO – CONTADORIA GERAL
BALANÇANTE DO MÊS DE MAIO DE 1981

A T I V O		P A S S I V O	
DISPONÍVEL		LIBERAÇÃO DA SEC. DAS FINANÇAS	
201.101 – Tesouraria	6.345.469,88	PESSOAL	113.300.000,00
		211.101 – Venc. e Vantagens Fixas	64.200.000,00
		211.102 – Desp. Variáveis C/P/Civil	3.100.000,00
		211.103 – Contribuições de Prev. Social	720.000,00
		211.104 – Outras Obrigações Patronais	53.600.000,00
		211.105 – Inativos	9.380.000,00
		211.106 – Pensionistas	1.400.000,00
		211.107 – Salário-Família	200.000,00
		211.108 – Outras Transf. a Pessoas	245.900.000,00
EXECUÇÃO DA DESPESA		OUTRAS DESPESAS DE CUSTEIO	
202.111.11 – Venc. e Vantagens Fixas	112.702.593,78	211.201 – Material de Consumo	7.000.000,00
202.111.12 – Desp. Variáveis C/P/Civil	63.367.165,43	211.202 – Serv. de Terceiros e Encargos	38.195.000,00
202.111.21 – Contribuições de Prev. Social	2.894.359,55	211.203 – Desp. dos Exc. Anteriores	400.000,00
202.111.22 – Outras Obrigações Patronais	567.959,78	211.204 – Subvenções Sociais	7.830.000,00
202.112 – Material de Consumo	5.979.088,68	211.205 – Apoio Financeiro a Estudantes	6.000.000,00
202.113 – Serviços de Terceiros e Encargos	58.691.659,57	211.206 – Assist. Médico-Hospitalar	1.375.000,00
202.114 – Desp. dos Exerc. Anteriores	396.028,31	CAPITAL	
202.121 – Subvenções Sociais	15.660.000,00	211.301 – Obras e Instalações	8.500.000,00
202.122.1 – Inativos	53.582.932,74	211.302 – Equip. e Material Permanente	300.000,00
202.122.2 – Pensionistas	9.181.087,92	CREDITORES	
202.122.3 – Salário-Família	1.323.747,00	212.101 – Despesas Empenhadas	8.488.753,97
202.122.4 – Apoio Financeiro a Estudantes	5.974.000,00	213.101 – Despesas Processadas	2.901.050,65
202.122.5 – Assist. Médico-Hospitalar	2.875.000,00	213.20 – Folha de Pagamento	664.973,10
202.122.6 – Outras Transferências a Pessoas	196.758,60	213.30 – Restituições	64.783,58
202.131 – Obras e Instalações	500.000,00	CONTAS PENDENTES	
202.132 – Equip. e Material Permanente	328.509,60	215.101 – Outras Contas Pendentes	681.152,05
		RESTOS A PAGAR	
CONTAS PENDENTES		216.10 – Empenhadas	1.244.018,98
203.101 – Despesas Diferidas	- 0 -	216.209 – Processadas Creditores	3.031.194,84
203.201 – Outras Contas Pendentes	30.105,50	216.30 – Cred. em Consignações	- 0 -
		216.405 – Procces. Folha de Pagamento	- 0 -
		CREDITORES DIVERSOS	
		217.10 – Consignações	8.020.539,17
			25.096.466,34
		TOTAL DO ATIVO	340.596.466,34
		TOTAL DO PASSIVO	340.596.466,34

PALÁCIO "XIX DE DEZEMBRO", em 02 de junho de 1981.

(a) DIRETOR FINANCEIRO

(a) CONTADOR GERAL